

## **Sem acordo, votação do modelo é adiada para semana que vem**

Previsão agora é que textos do novo modelo sejam votados na próxima terça, dia 17. Impasse em torno de agenda mínima permanece

Oldon Machado e Roberto Gonzales, Mercado Livre

Os projetos de lei de conversão das Medidas Provisórias 144 e 145 só entrarão na pauta de votação do Senado Federal na próxima terça-feira, dia 17 de fevereiro. No final da tarde desta quarta-feira, dia 11 de fevereiro, o presidente da casa José Sarney (PMDB-AP) esteve reunido com os líderes dos partidos para firmar um acordo de procedimento para garantir a votação. A falta de acordo em torno de pontos tidos como essenciais, porém, postergou a votação.

Segundo a assessoria do líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP), o objetivo com o acordo de procedimento é evitar a obstrução dos textos pelos partidos da oposição. PSDB e PFL ameaçaram travar a votação apresentando centenas de requerimentos e emendas aos relatórios dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Se o acordo for firmado, os partidos da oposição definirão um número mais adequado de emendas para serem discutidas.

Apesar da perspectiva de acerto, o líder do governo descartou a formação de uma opinião unânime. "Temos uma base consistente para um acordo visando à votação, mas não uma convergência. Ainda existirão divergências", explica. Entre as questões ainda em discussão estão 10 temas apresentados pelo empresariado ao relator Delcídio Amaral, chamados de agenda mínima do setor. Quatro desses pontos não foram acatados pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e estão no centro da discussão.

O sentimento por parte dos agentes com a decisão do Legislativo de adiar a votação do novo modelo foi de alívio. A esperança agora é que até o início da semana que vem, os pontos em aberto da agenda mínima sejam incluídos no parecer do relator que vai orientar a votação. "O adiamento do prazo dá condições para que o Senado debata esses pontos com o próprio MME", diz o presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), Claudio Sales.

Ele afirma que as proposições em xeque pelo ministério - que tratam de licitações de energia existente e energia nova, repasse dos custos dos leilões às tarifas, regulamentação dos decretos pelo Executivo e universalização - não prejudicam o espírito do modelo, e asseguram que imperfeições vistas pelos agentes sejam corrigidas. A Abraceel (Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica) também demonstra entusiasmo com o novo prazo para votação.

"Nesse período, será possível encontrar uma saída consensuada tanto para o setor político como para o mercado. A Abraceel sempre acreditou que a negociação é possível, mesmo no último momento", afirma o diretor-executivo da entidade, Maurício Corrêa. Ele disse que temia pela aprovação dos projetos de lei de conversão no Senado por rolo compressor, "da mesma maneira que ocorreu na Câmara", diz. "O bom senso político tem que prevalecer", conclui.